

ESCRITURA PARTICULAR DE PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA VITA-CBI MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A., INTEGRADA POR SEIS SÉRIES, SOB Nº 001 A 006, PARA OFERTA PÚBLICA.

I - EMISSORA: VITA-CBI MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A., com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Bocaiuva, 2013 - sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.016.682/0001-19, com seus atos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em sessão de 05/03/99, sob nº 42300024791, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores: FRANCISCO ROBERTO BALESTRIN DE ANDRADE, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, na Av. Arruda Botelho, nº 466 - Aptº 71 - Alto de Pinheiros, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.414.075 - SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.988.738-06, e MARCELO JOSÉ MATTOSO D'ÁVILA, brasileiro, casado, químico, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro - RJ na Rua Ministro Côrrea Melo 99 apto. 602, portador da Cédula de Identidade Profissional RG nº 03210705 CRQ-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 545.415.147-53.

II - Na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO e assim doravante designado: PLANNER-SANVEST TRUSTEE DTVM LTDA, com sede em São Paulo, Capital, na Av. Paulista, nº 2439, 11º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por VINÍCIUS CORREA E SÁ, brasileiro, casado, gerente de departamento de Agente Fiduciário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.928.702- SSP-SP inscrito no CPF/MF sob nº 023.226.198-92, e CLÁUDIO BRITO GONÇALVES, brasileiro, casado, gerente administrativo, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.026.301-9 -SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 701.965.678-15; ambos com endereço nesta Capital, na Av Paulista, nº 2439, 11º andar.

As partes retro qualificadas e, abaixo assinadas, pelo presente Instrumento Particular, EMITEM a presente ESCRITURA PARTICULAR DE PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA VITA-CBI MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A., INTEGRADA POR SEIS SÉRIES, SOB Nº 001 A 006, PARA OFERTA PÚBLICA, colocadas simultaneamente, aprovadas pela unanimidade dos acionistas da Emissora, na forma do adiante consignado:

1. ASSEMBLÉIA GERAL DE APROVAÇÃO DE EMISSÃO: Esta Emissão de debêntures, composta pelas SÉRIES 001 a 006, foi aprovada em Assembleia Geral da Emissora, realizada em 01 de março de 1999, reti-ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária, de 01 de julho de 1999.

1.1. As *debêntures* desta emissão, serão registradas na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das leis nº 6.385 de 07/12/1976 e nº 6.404 de 15/12/76, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes, de forma a permitir a distribuição pública, com procedimento diferenciado, na forma do estabelecido no Artigo 33 da instrução CVM nº 13/80.

2. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos captados com a colocação de todas as *Debêntures* desta emissão, destinar-se-ão ao pagamento das obrigações assumidas pela Emissora, oriundas da cisão do Centro de Bio-Imagem S/C Ltda, deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 1999, bem como para formação de Capital de Giro, aquisição e/ou reposição de equipamentos utilizados em atendimento ao objeto social da Emissora. As obrigações retromencionadas referem-se à transferência do seguimento operacional, imóvel, máquinas, equipamentos, direitos de uso e estoques, necessários ao desenvolvimento das atividades da Emissora; constantes da Proposta, Justificativa, Protocolo e Laudo de Avaliação Contábil, deliberados pela retromencionada AGE.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA: A Emissora tem por objeto social a prestação de serviços para a área de saúde e a realização de exames médicos complementares para diagnóstico, através de Centro de Diagnósticos; podendo, ainda, em atendimento ao seu objetivo social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista.

4. SUBSCRIÇÃO E NEGOCIAÇÃO: As *debêntures* desta emissão, serão efetivadas, simultaneamente, por colocação pública, razão pela qual serão registradas para subscrição no Sistema de Distribuição de Títulos - SDT e para negociação no mercado secundário, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, ambos administrados pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizados pela CETIP Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos;

5. VALOR E QUANTIDADE DA EMISSÃO: O valor total desta emissão, na data de emissão, é de R\$ 6.268.800,00 (seis milhões e duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais), representado por 600 (seiscentas) *debêntures*.

6. VALOR NOMINAL, QUANTIDADE, E VALOR TOTAL POR SÉRIE: distribuídas da seguinte forma:

SÉRIE Nº	VALOR NOMINAL (R\$)	QUANTIDADE	VALOR TOTAL POR SÉRIE (R\$)
001	10.448,00	225	2.350.800,00
002	10.448,00	40	417.920,00
003	10.448,00	105	1.097.040,00
004	10.448,00	20	208.960,00
005	10.448,00	105	1.097.040,00
006	10.448,00	105	1.097.040,00
			6.268.800,00

7. FORMA: Todas as *debêntures* desta emissão, consideradas as respectivas séries, são nominativas, não conversíveis em ações, subordinadas aos credores quirografários da Emissora.

8. DATA DA EMISSÃO: 01 de março de 1999, para todas as séries desta emissão

9. VENCIMENTO: O vencimento desta emissão, somente ocorrerá nos casos de inadimplemento pela Emissora, nos termos do parágrafo 3º do artigo 55 da Lei 6.404/76.

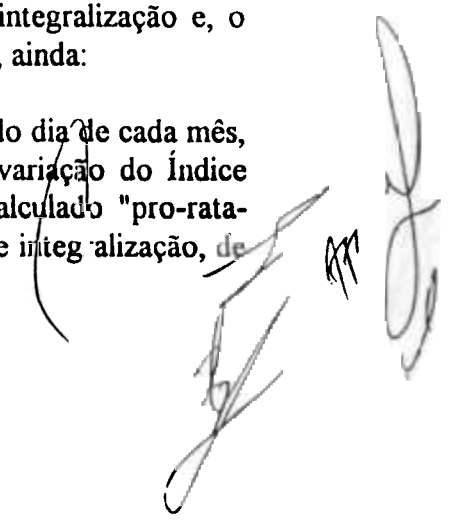
10. FATOR DE ATUALIZAÇÃO: Cada uma das *debêntures*, desta emissão, terá seu valor nominal atualizado monetariamente, no primeiro dia de cada mês, a partir da data de emissão, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) estabelecendo-se, ademais:

10.1. Na hipótese de extinção do IGPM ou, se pela superveniência de normas legais ou regulamentares este não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de *debêntures*, passará a ser utilizado, em substituição, obedecida a seguinte ordem: Índice Geral de Preços (IGP-Di), disponibilidade interna, (coluna 2), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou, o Índice de Preços ao Consumidor - (IPC), calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade São Paulo.

10.2. Caso pela superveniência de norma legal ou regulamentar, nenhum dos índices acima mencionados possa ser utilizado, pela Emissora, como índice de reajuste em emissões de *debêntures*, a Emissora e o Agente Fiduciário definirão, de comum acordo e por escrito, qual será o novo índice aplicável à atualização monetária.

11. CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO: Todas as *debêntures* desta emissão serão colocadas mediante adoção do Procedimento Diferenciado, consoante o disposto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, e terão todas as séries subscritas simultaneamente, sendo cada uma das *debêntures* por 100% (cem por cento) do seu valor nominal e serão integralizadas, em dinheiro ou créditos contra a Emissora, nas datas adiante especificadas, pelo valor nominal acrescido da diferença, se houver, entre o valor nominal da *debênture* no dia de sua emissão e esse mesmo valor corrigido conforme item 10 anterior, desde a data da emissão até a efetiva integralização e, o produto assim apurado, agregar-se-á ao valor nominal, observando-se, ainda:

11.1. Para as *debêntures* subscritas e integralizadas a partir do segundo dia de cada mês, o valor da integralização será atualizado, mediante a aplicação da variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao mês anterior, calculado "pro-rata-temporis", tendo como base o número de dias do mês da subscrição e integralização, de acordo com o critério estabelecido no item anterior.



11.2. Cada subscritor deverá adquirir idêntico percentual de debêntures, de cada uma das Séries, na mesma data da efetivação da subscrição; sendo que a Emissora não aprovará nova emissão de debêntures, antes de subscritas todas as debêntures de cada uma Série desta emissão.

12. **DATAS DE INTEGRALIZAÇÕES:** Observado o avençado nos itens 10. e 11. e respectivos subitens, as integralizações serão efetivadas pelo valor nominal da *debênture*, nas seguintes datas:

SÉRIES	DATAS DAS INTEGRALIZAÇÕES
SÉRIE 001	No ato da subscrição
SÉRIE 002	No ato da subscrição
SÉRIE 003	01 de outubro de 1999
SÉRIE 004	01 de dezembro de 1999
SÉRIE 005	01 de abril de 2000
SÉRIE 006	01 de outubro de 2000

13. **INADIMPLÊNCIA DO DEBENTURISTA:** Fica desde já expressamente avençado que as integralizações relativas às *debêntures* das Séries 002 a 006, deverão ser realizadas, obrigatoriamente, nas datas fixadas nesta Escritura de emissão, sendo que o debenturista inadimplente pagará à Emissora, sobre o valor da integralização em mora, observado o estabelecido no item 11. retro, a partir do primeiro dia de atraso, a título de multa contratual, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor da integralização, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, "pró rata dia", até a data da efetiva realização da integralização.

13.1. Se o atraso se verificar por mais de 30 (trinta) dias, a Emissora, poderá à sua escolha:

- a) promover contra o debenturista e, os que com ele forem solidariamente responsáveis, processo de execução para cobrar as importâncias devidas, servindo o boletim de subscrição como título extrajudicial nos termos do Código de Processo Civil, ou
- b) mandar vender as *debêntures* em Bolsa de Valores, por conta e risco do debenturista, sendo a venda feita em leilão especial, depois de publicado aviso por três vezes, o primeiro com antecedência mínima de cinco dias da data do leilão.

13.2. É facultado à Emissora:

- a) mesmo após iniciada a cobrança judicial mandar vender as *debêntures* em Bolsa de Valores, conforme o previsto na alínea "b" do subitem 13.1. retro;
- b) promover a cobrança judicial dos débitos dos debenturistas, apurado na forma do subitem 13.3. abaixo;

c) se a **Emissora** não conseguir por qualquer dos meios retro previstos a integralização das **debêntures**, poderá cancelá-las, devendo a **Emissora**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do cancelamento, comunicar esse procedimento ao debenturista inadimplente, mediante aviso publicado em um dos jornais indicados no item 21. adiante.

13.3. Em se verificando a venda em Bolsa ou o cancelamento das **debêntures** não integralizadas, a **Emissora** cobrará, ainda, do debenturista inadimplente, multa e ainda uma taxa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor nominal corrigido da **debênture** na data do leilão, taxa essa que se refere às despesas incorridas pela **Emissora** e decorrentes da Escritura de Emissão de **debêntures** e seu Registro, remuneração e despesas do Agente Fiduciário e taxas pagas às instituições financeiras na coordenação e colocação das **debêntures**.

14. REMUNERAÇÃO:

As **debêntures** desta emissão, perceberão, a título de remuneração, rendimentos variáveis correspondentes à totalidade do Resultado Operacional Disponível (RODI), da **Emissora**, calculado de acordo com o critério definido na alínea "b", adiante, sendo o fator de participação (fp) de cada **debênture**, no RODI, determinado segundo a expressão:

$$fp_j = \frac{1}{N_j}, \text{ onde:}$$

j = mês de apuração do fator de participação;

N = quantidade de **debêntures** existentes no mês j .

a) o valor da remuneração atribuída a cada **debênture** em circulação, será apurado no dia 15 (quinze) de cada mês, relativamente aos rendimentos auferidos pela **Emissora** no mês imediatamente anterior, e o pagamento se processará até o dia 25 (vinte e cinco) do mês posterior ao encerramento do trimestre civil da apuração, a partir do mês de abril de 1999, sendo definida pela seguinte expressão:

$$\text{REMUNERAÇÃO} = fp_j \times RODI_j$$

b) entende-se como RESULTADO OPERACIONAL DISPONÍVEL (RODI), a ser mensalmente calculado pela **Emissora**, o total dos valores efetivamente recebidos pela sociedade oriundos de suas Receitas Operacionais e de eventuais receitas financeiras, deduzidas as despesas correntes e provisões pertinentes ao custeio da sua atividade; inclusive decorrentes da presente emissão, (exemplificadamente: remuneração das próprias **debêntures**, do Agente Fiduciário, Cetip, Banco Mandatário, etc), tributos e contribuições sociais. Sobre esse resultado apurado será deduzido o valor equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento), como reserva para Fundo de Contingências;

c) fica desde já e expressamente avençado que para efeito de apuração e distribuição do Resultado Operacional Disponível (RODI) sobre o qual se calculará a participação das *debêntures* desta emissão, as receitas serão apuradas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência, excluindo-se destas despesas, aquelas relativas a:

c1) 40% (quarenta por cento) da depreciação, exaustão e amortização do imóvel e equipamentos integrantes do ativo, destinados ao atendimento do seu objeto social. Esse valor sómente poderá ser utilizado para aquisição, substituição ou atualização dos equipamentos;

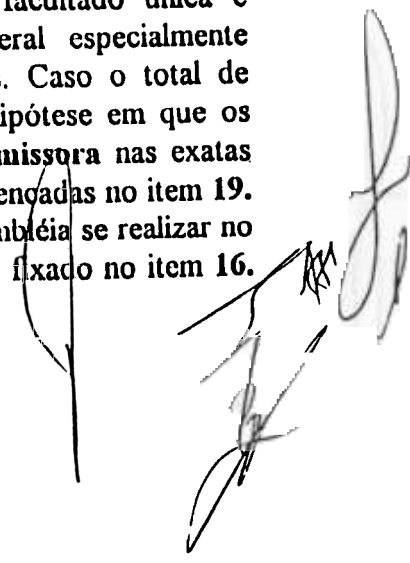
c2) ajuste do valor nominal das *debêntures*, previsto no item 10. desta Escritura.

15. RESGATE OBRIGATÓRIO: A falta de cumprimento pela Emissora de qualquer uma das obrigações decorrentes deste, implicará no resgate obrigatório da totalidade das *debêntures* em circulação.

16. DIREITO DE RESGATE: A aprovação pela Emissora, ou mesmo debenturista, de qualquer das matérias referidas no item 19. adiante desta Escritura e suas alíneas, em Assembléia Geral Especial, dará ao debenturista dissidente o direito de solicitar o resgate total de suas *debêntures* integralizadas (de qualquer das Séries em circulação), devendo essa manifestação ser procedida por escrito até o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da ata que alterou as condições das *debêntures*, decaindo o direito ao exercício de resgate se o debenturista não manifestar essa intenção no prazo retro fixado.

16.1. Obriga-se a Emissora quando da realização da Assembléia Geral referida no *caput* deste item 16, declarar e submeter à aprovação dos debenturistas qual o prazo de pagamento do resgate das *debêntures*, que poderá ser efetivado em parcelas, nunca superior a 12 (doze) meses do evento que deu causa ao resgate, com pagamento em dinheiro. Nessa hipótese, a Emissora firmará com o debenturista contrato de confissão de dívida e as *debêntures* serão consideradas resgatadas.

17. RECONSIDERAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES PELA EMISSORA: Mesmo que se verificar a aprovação estabelecida no item 19. adiante, fica facultado única e exclusivamente aos acionistas da Emissora, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, reconsiderar as alterações supra citadas. Caso o total de resgate por inadimplência afete a saúde financeira da Emissora, hipótese em que os acionistas em Assembléia Geral restabelecerão as obrigações da Emissora nas exatas condições existentes antes da deliberação que aprovou as matérias elencadas no item 19. adiante, de modo que voltem ao estado anterior, devendo essa Assembléia se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do termo final do prazo fixado no item 16. retro.



18. ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS: Somente os titulares de *debêntures* das Séries integralizadas, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse de comunhão dos debenturistas, as quais poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, aplicando-se relativamente às mesmas, no que couber, subsidiariamente, as mesmas normas de Assembléia Geral de Acionistas, disciplinadas na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, observando-se, ademais:

a) serão instaladas, em primeira convocação com a presença de debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das *debêntures* integralizadas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, deliberando por maioria de *debêntures* presentes, salvo nas deliberações que tenham por objeto as matérias elencadas no item 19. seguinte desta Escritura, quando será necessária a aprovação de 60% (sessenta por cento) das *debêntures* em circulação desta emissão, consideradas todas as Séries;

b) o Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas;

c) cada *debênture* integralizada dará direito a um voto;

d) as Assembléias serão presididas, pelo Agente Fiduciário, ou por um debenturista escolhido entre os presentes.

19. DELIBERAÇÕES DA EMISSORA SUJEITAS À APROVAÇÃO DE DEBENTURISTAS: Subordinam-se à aprovação prévia de debenturistas detentores de 60% (sessenta por cento) de *debêntures* integralizadas em circulação, reunidos em Assembléia Geral especial, deliberações da Emissora que tenham por objeto as matérias abaixo referidas e, ao debenturista, dissidente da deliberação, é assegurado o resgate total de suas *debêntures*:

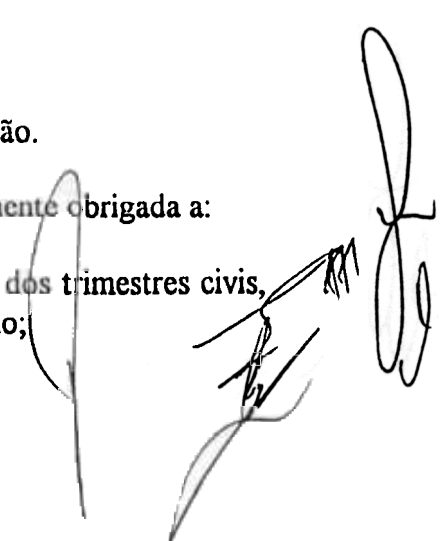
a) emissões de *debêntures* de qualquer natureza;

b) mudança do objetivo social da companhia;

c) incorporação da companhia em outra, sua fusão, cisão ou dissolução.

20. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA: A Emissora está ~~adicionalmente~~ obrigada a:

a) colocar, dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término dos trimestres civis, cópia de seus balancetes trimestrais à disposição do Agente Fiduciário;



b) colocar à disposição do Agente Fiduciário, dentro de no máximo 90 (noventa) dias, após o término de cada exercício social, os demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

c) cumprir com todas as determinações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive com o envio dos documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

d) prestar qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

e) apresentar para a aprovação do Agente Fiduciário o "Plano de Contas", com a finalidade da aprovação do resultado operacional estabelecido no item 14. retro;

f) convocar Assembléia Geral de debenturistas quando deliberar sobre qualquer das matérias elencadas no item 19. retro;

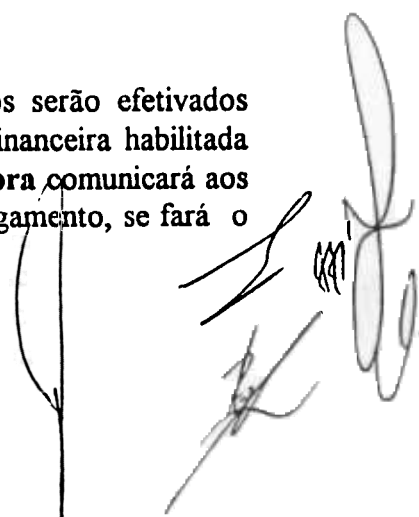
g) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por qualquer empresa de auditoria independente, registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários);

h) manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço.

21. PUBLICIDADE: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão e de interesse dos debenturistas (todas as Séries em circulação) deverão ser, obrigatoriamente, comunicados a todos os debenturistas, por escrito e sob protocolo ou nessa impossibilidade, através de publicações efetivadas no Jornal de Santa Catarina ou Diário Catarinense, inclusive os atos societários da Emissora que serão publicados nestes mesmos Jornais bem como no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

22. PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES: Todos e quaisquer pagamentos das obrigações decorrentes desta emissão de *debêntures* serão efetivados na forma adiante consignada:

22.1. Para as *debêntures* das Séries em circulação, os pagamentos serão efetivados através da CETIP, diretamente pela **Emissora**, ou por instituição financeira habilitada para essa função, sendo que, nestas duas últimas hipóteses, a **Emissora** comunicará aos debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias de cada pagamento, se fará o pagamento diretamente ou qual a instituição financeira habilitada.



22.2. A partir da data em que qualquer valor for colocado à disposição do debenturista, a Emissora não pagará qualquer acréscimo, a título de correção monetária, juros e outros encargos, cabendo única e exclusivamente ao debenturista a responsabilidade pelo efetivo recebimento de tais valores.

22.3. Ficam dispensados da publicação constante do item 21. quando dos pagamentos das remunerações estabelecidas nesta Escritura, uma vez que as datas dos respectivos pagamentos já estão devidamente fixadas.

23. AGENTE FIDUCIÁRIO: O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura e abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito que:

a) aceita a presente nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas desta emissão;

b) não ter qualquer óbice legal que impeça ou restrinja a sua nomeação, na forma do que dispõe o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei 6.404/76, bem como, ainda, expressamente, que não se encontra em qualquer das situações que se configurem conflito de interesses, prevista nos artigos 9º e 10º da Instrução CVM nº 28/83;

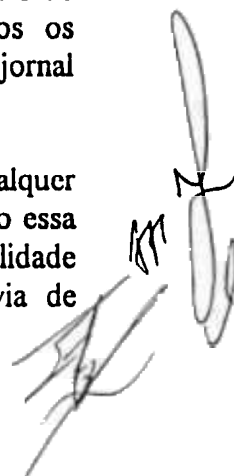
c) aprovará previamente o plano de contas das demonstrações financeiras da Emissora, com a finalidade de estabelecer os critérios de apuração do resultado operacional, da Emissora, nos termos desta Escritura;

d) aceita, integralmente, todos os termos da presente Escritura e demais disposições da legislação específica, obrigando-se a cumpri-las, e, ainda a:

d-1) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício de suas funções o cuidado e a diligência que todo o homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;

d-2) elaborar o Relatório Anual, colocando-o à disposição dos debenturistas, dentro dos quatro meses do encerramento do exercício social da Emissora, informando os fatos relevantes ocorridos, durante o exercício social relativo à execução das obrigações assumidas pela Emissora, declarando sua aptidão, não só para continuar no exercício de suas funções, através de comunicação, por escrito e sob protocolo a todos os debenturistas, e nessa impossibilidade, através de avisos publicados no jornal determinado como via de comunicação aos debenturistas;

d-3) notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer inadimplemento pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, devendo essa comunicação ser efetivada sob protocolo a todos os debenturistas, ou na impossibilidade desse protocolo, através de avisos publicados no jornal determinado como via de comunicação aos debenturistas;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

d-4) acompanhar, trimestralmente, os balancetes trimestrais da **Emissora** com a finalidade de se apurar a remuneração das **debêntures**, devendo, por escrito e sob protocolo, ou através de carta registrada, informar a cada um dos debenturistas e fazer as observações pertinentes, na hipótese de qualquer divergência na apuração;

d-5) firmar, juntamente com a **Emissora**, qualquer aditivo, por instrumento público ou particular, à presente Escritura, que tenha por finalidade propiciar o seu aperfeiçoamento.

23.1. O Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, por deliberação da Assembléia dos debenturistas, representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das **debêntures** em circulação. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário exercer as suas funções por motivos supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente aos debenturistas, pedindo a substituição.

23.2. O Agente Fiduciário, no exercício de suas funções, é responsável, civil e criminalmente, pelos prejuízos que causar, por culpa ou dolo, aos debenturistas.

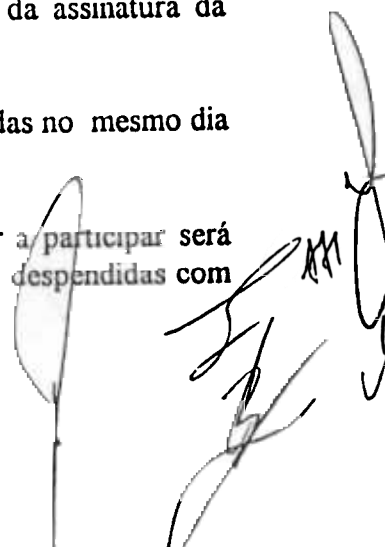
23.3. Todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário no exercício de suas funções, protegendo os interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos, serão de responsabilidade exclusiva da **Emissora**, a qual se obriga a efetivar o integral ressarcimento no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da entrega dos respectivos comprovantes, compreendendo tais despesas: qualquer publicação efetuada em cumprimento desta Escritura, despesas com expedição de cartas, extração de certidões, locomoção, hospedagem fora da praça de sua sede social, desde que necessárias ao desempenho de suas funções e eventuais levantamentos adicionais ou especiais que vierem a ser imprescindíveis para os debenturistas e necessárias para esclarecer omissões e/ou obscuridades nas informações prestadas pela **Emissora**.

24. HONORÁRIOS DO AGENTE FIDUCIÁRIO: Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

a) 01 (uma) parcela de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) paga na data da assinatura da escritura de emissão;

b) parcelas anuais, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), cada, devidas no mesmo dia e mês de cada um dos anos subsequentes;

c) a cada Assembléia de Debenturistas que o Agente Fiduciário vier a participar será cobrada uma taxa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), além das despesas despendidas com locomoção, hospedagem, etc;



d) as parcelas mencionadas nas alíneas "b" e "c" retro, serão atualizadas anualmente à mesma taxa de atualização das debêntures objeto desta emissão;

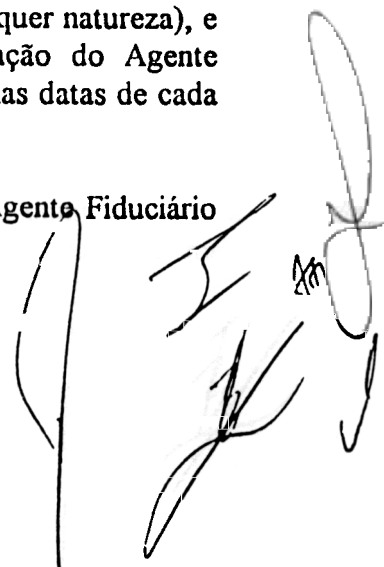
e) a remuneração do Agente Fiduciário compreende os serviços a serem prestados por sua equipe técnica, e não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora, desde que tais despesas sejam claramente indispensáveis. Não estão compreendidas também as despesas com a contratação de serviços de pessoas especializadas, caso sejam necessárias, tais como auditores, fiscais, assessoria legal, entre outros. Os custos e as despesas de constituição e administração da Emissora, incorridos antes e depois da subscrição, inclusive aqueles relativos ao registro de companhia aberta e aqueles decorrentes da emissão de debêntures, correrão por conta da Emissora;

f) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, que os debenturistas se comprometem a pagar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de vencimento da notificação, a ser feita à Emissora pelo Agente Fiduciário;

g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

h) as parcelas serão acrescidas do ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

24.1. Na hipótese de resgate antecipado da emissão, será devido ao Agente Fiduciário apenas os honorários incorridos no período.



25. DOS PROCEDIMENTOS DO AGENTE FIDUCIÁRIO EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DA EMISSORA: O Agente Fiduciário usará dos procedimentos judiciais e extrajudiciais cabíveis e aplicáveis contra a **Emissora**, ou terceiros, na defesa dos interesses da comunhão de debenturistas e na realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, no caso de inadimplemento da **Emissora**, declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura e exigir o resgate das *debêntures* em circulação, acrescidas da correção monetária, juros e demais rendimentos a que fizerem jus à época, sendo essa declaração de vencimento efetivada por notificação extrajudicial à **Emissora**, através de Cartório de Títulos e Documentos na ocorrência dos seguintes eventos:

a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **Emissora**;

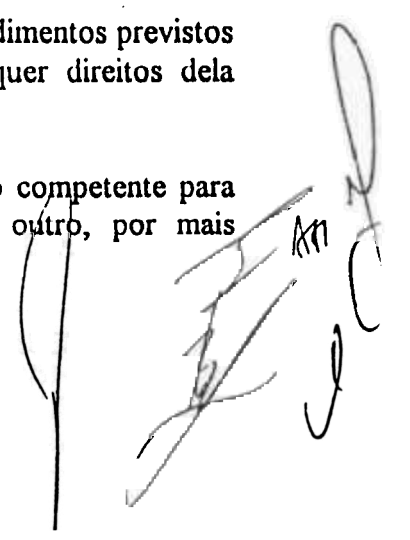
b) decretação da falência da **Emissora**;

c) falta de cumprimento pela **Emissora** de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura, não sanada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da mora que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário, através de Cartório de Títulos e Documentos.

26. JUROS E MULTA CONVENCIONAL: A falta de pagamento e/ou cumprimento de qualquer das obrigações constantes desta Escritura constituirá a **Emissora** em mora, de pleno direito, sem necessidade de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, incorrendo na pena de pagamento ao titular da *debênture* integralizada de correção monetária, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês "pro-rata-temporis", incidentes sobre o valor em atraso e contados desde a data do vencimento da obrigação e da multa pecuniária, compensatória e irredutível de 10% (dez por cento) sobre o débito em atraso. Se o vencimento da obrigação se verificar em dia que não houver expediente comercial ou bancário, o seu vencimento ocorrerá, no primeiro dia útil, imediatamente seguinte, não incidindo qualquer acréscimo sobre os valores a serem pagos.

27. NOVAÇÃO E RENÚNCIA: O não exercício de quaisquer procedimentos previstos nesta Escritura não constituirá novação e nem renúncia de quaisquer direitos dela decorrentes.

28. FORO: Elegem as partes o foro de Florianópolis (SC), como o competente para dirimir as dúvidas decorrentes deste, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



9. REGISTRO: Fica autorizado o Senhor Oficial do Registro de Imóveis, competente, da Comarca de Florianópolis(SC), a efetuar os registros e averbações que se fizerem necessários ao aperfeiçoamento da presente Escritura.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam a presente na presença das duas testemunhas abaixo, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores, declarando, ademais, as mesmas partes, que o presente foi datilografado em 13 (treze) laudas, sendo as 12 (doze) primeiras rubricadas e a última assinada pelos contratantes.

Florianópolis, 02 de julho de 1999

EMISSIONA:

VITA-CBI MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A.
Francisco Roberto Balsearin do Andrade Marcelo José Mattoso D'Ávila

AGENTE FIDUCIÁRIO: PLANNER-SANVEST TRUSTEE DTVM LTDA

Vinicius Correa e Sá

Cláudio Brito Gonçalves

TESTEMUNHAS:

1) Annamaria Bergamo

Nome: Annamaria Bergamo
RG nº 21.475.355 - SSP-SP

2) Jurandi Amaral Barreto
RG nº: 11.535.904-7 - SSP-SP



<p>CONTATO 10 16. TABELÃO DE NOTAS S. PAULO - CAPITAL Rua Bela Cintra, 1165 - Capital - SP Ubiratan I Guimarães - Tabelião Designado</p> <p>RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A(S) FOLHA(S) DE: FOLHETA REFACCI (20199), JURANDI AMARAL BARRETO (11535), VINICIUS CORREA E SA (21475), CLAUDIO BRITO GONCALVES (16253). São Paulo, 16 de julho de 1999. EM TEST. DA VERDADE.</p> <p>RONALDO ROBERTO ZARATI - ESCRIVENTE CDD. SEGURANÇA : 0704/160/99-0 VALIDA SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE FOLHA Nº 1.54 DE TOTAL Nº 6.16</p>
--